



CONTRATO Nº. 197/2025

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURIDICOS QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CEZARINA-GO E O ESCRITÓRIO META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, inscrita no CNPJ nº 01.995.108/0001-24, NA FORMA QUE SEGUE.**

## **DAS PARTES**

**CONTRATANTE:** A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 25.043.530/0001-48, com sede na Rui Barbosa, nº 159, Centro Cezarina Goiás, neste ato representado por seu gestor ALEXANDRE BATISTA DOS ANJOS (devidamente qualificada nos autos), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA**, inscrita no CNPJ nº 01.995.108/0001-24, estabelecida na Avenida Portugal, nº 1.148, Qd.29 Lt. IE, sala B 3404. Edifício Orion Business – Setor Marista Goiânia – Goiás. CEP: 74.150-030, representada pela Sra. **DJULLY STEFFANNY FERREIRA**, brasileira, bacharel em direito, inscrita em CPF nº 022.367.971-25, doravante denominada **CONTRATADA**.

**FUNDAMENTO:** Este contrato decorre do **Processo Administrativo nº 4489/2025 - Inexigibilidade de Licitação nº 038/2025**, de acordo com o artigo 74, inciso III, alíneas “c” e “e” da Lei Federal nº 14.133/21 em sua redação vigente, ratificada pelo Gestor Público Municipal, que faz parte integrante do presente instrumento contratual.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada no estudo técnicos na prestação de serviço de Auditoria na Repatriação de ativos financeiros previdenciários do RGPS ao RPPS para o Instituto do Município, com aptidão no levantamento de dados e Otimização sobre a preparação da execução com encaminhamento e acompanhamento do retorno financeiro para a promoção das ações e formalidades legais necessárias à apropriação de receitas originárias de contribuições recolhidas e disponibilizadas por entidades oficiais externas de acordo com a legislação pertinente, Lei 9.796 de 05 de maio de 1999; Dec. 3.112 de 6 de junho de 1999; Dec. 3.217 de 22 de outubro de 1999 e portaria MPAS 6.209 de 16 de dezembro de 1999 e Dec.10.188 de 20 de dezembro de 2019 e Portaria/SEPTR/ME nº 15.829, de 2 de julho de 2020 serviços associados de gestão administrativa e financeira apoiando e aperfeiçoando o INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CEZARINA - IPCEZ, conforme informações abaixo:

1.2. Lançamento e envio no sistema DATAPREV/COMPREV/GERID, de todos os pedidos de compensação de cada um dos Aposentados e Pensionistas com os respectivos documentos para operacionalização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os regimes próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria.

1.3. Preenchimento de todos os formulários com as informações necessárias ao

encaminhamento das petições. Ou seja, preencher os documentos padrões exigidos com as informações necessárias e anexação dos demais documentos exigidos para realizar compensação previdenciária com outros entes, sejam regimes próprios ou o regime geral (INSS)

1.4. Acompanhamento da análise dos pleitos e das informações enviadas pelo às instituições e de possíveis pendências, nesta fase, procedendo ao reenvio das informações solicitadas, se for o caso.

1.5. Monitoramento dos pleitos com a verificação dos valores aprovados, levando se em consideração as informações prestadas quando do envio do requerimento.

1.6. Assessoria durante e após 3 (três) meses da execução dos serviços, para esclarecimento de dúvidas com relação aos procedimentos de responsabilidade da Contratada.

1.7. Capacitações dos Funcionários INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CEZARINA - IPCEZ para o preenchimento de todos os formulários com as informações dos servidores que serão objeto desta licitação. A obrigação da CONTRATADA neste item se resumirá ao encaminhamento dos requerimentos com as informações constantes no arquivo dos servidores de acordo com a exigência e modelo de requerimento de aposentadoria e pensão e certidão de tempo de serviço e contribuição, constante na PORTARIA MPAS nº 6.209, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

1.8. Treinamento de equipe técnica composta de servidores efetivos do INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CEZARINA - IPCEZ para organização, montagem, instrução e acompanhamento dos futuros requerimentos a serem enviados para a compensação após a extinção da presente contratação, ensinando a metodologia e as técnicas de trabalho.

1.9. Propositura de ações judiciais, em caso de descumprimento de obrigações institucionais ou imposição de empecilho ao bom andamento das atividades relacionadas diretamente ao objeto desta licitação por órgãos do governo federal ou estadual. Neste caso, é obrigação da contratada comunicar o fato a ser questionado na justiça à CONTRATANTE, e auxilia-la com as informações necessárias.

1.10 Cronograma:

CRONOGRAMA	
ETAPAS	EVOLUÇÃO
Solicitação dos documentos	10%
Perícia dos documentos entregues	30%
Levantamento e análise da documentação da legislação previdenciária.	40%
Emissão dos relatorios geral da 1º fase.	80%
Elaboração do relatorio Analítico Final.	90%
Recebimento efetivo dos recursos oriundos dos processos aprovados.	100%

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO**

2.1 – Os serviços serão executados de acordo com a conveniência da Administração Pública Municipal, devendo acontecer após a autorização/assinatura do contrato.

2.2 - A autorização de prestação de serviços somente pode ser assinada pelo Gestor Público Municipal.

2.3 - Os serviços objeto dessa contratação deverão ser executados na sede da empresa Contratada, ou em local a ser determinado pelo CONTRATANTE.

2.4 - Todas as despesas decorrentes da prestação de serviços correrão inteira e exclusivamente por conta da futura contratada.

2.5 - Todas as despesas decorrentes da prestação de serviços objeto, encargos sociais originários da execução do presente Contrato, incluindo impostos, taxas, obrigações relativas à Legislação Trabalhista correrão inteira e exclusivamente por conta da futura contratada.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

3.1 – ESTIMATIVA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS E PERCENTUAL DE HONORÁRIOS:

3.2. Os serviços serão remunerados com base no êxito obtido na aprovação dos processos enviados ao INSS e aos demais regimes próprios de previdência e no consequente recebimento dos valores apurados na vigência do contrato, em uma proporção de R\$ 0,20 (vinte centavos de real) para cada R\$ 1,00 (um real) recuperado da Compensação Previdenciária (fluxo atrasado, fluxo mensal/pró-rata e estoque).

3.3. Mensalmente, será apresentado, um demonstrativo extraído do sistema DATAPREV/COMPREV do INSS, no qual são relacionados os processos aprovados no período e todos os valores devidos, no mês de referência, pelo INSS ao RPPS do INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CEZARINA - IPCEZ que serão depositados diretamente na conta do RPPS, e que servirão de base para o faturamento mensal dos honorários de êxito devidos.

3.4. Eventuais créditos não processados pelo MPS/INSS devido Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) e/ou Certidão Negativa de Débito (CND) do Estado em condição Irregular, ou em função de compensação com dívidas do Estado perante o INSS, serão considerados como creditados para fins de faturamento.

a) Para efeitos legais e contábeis, é atribuído pelas partes pactuantes o **valor estimado de R\$ 1.027.392,00 (Um milhão, vinte e sete mil, trezentos e noventa e dois reais)**, considerando o valor estimado para recuperação de R\$ 5.136.960,00 (cinco milhões cento e trinta e seis mil novecentos e sessenta reais).

b) Para efetivação da atualização do valor contratual previsto no parágrafo antecedente, ocorrerá mediante a celebração de aditamento, na forma prevista na Lei nº 14.133/21.

c) Em nenhuma hipótese o INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CEZARINA - IPCEZ, pagará a CONTRATADA antes dos valores registrarem nos cofres públicos.

3.5. A remuneração será devida durante todos os meses em que for identificada a manutenção e/ou incremento da ECONOMIA.

3.6. O cálculo da remuneração do futuro contratado levará em conta o momento do ingresso dos valores recuperados nos cofres do Instituto Municipal ou o momento da concretização da economia. Entende-se como concretização o momento em que efetivada compensação com obrigações correntes e houver benefício com a economia tributária OU em função de compensação com dívidas do Estado perante o INSS, serão considerados como creditados para fins de faturamento, sendo que a recuperação envolver exclusão de valores indevidamente inseridos em parcelamentos anteriormente efetuados, proveniente de decisão administrativa ou judicial; e o momento em que houver depósito na conta do Instituto do Município de valores devolvidos por restituição direta (pagamento).

3.7. No valor da remuneração estarão incluídos todos os custos operacionais, despesas de natureza tributária, fiscal, que incidirem sobre o objeto deste Contrato, e desenvolvimento das atividades descritas, excluindo-se eventuais custas e ou emolumentos pela interposição de ações ou recursos judiciais.

3.8. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA-GO assume integral responsabilidade pela contratação e pelo pagamento dos serviços prestados pela empresa META TRIBUTÁRIA.

3.9. O pagamento dos honorários devidos ao CONTRATADO terá início somente após a efetiva compensação financeira e/ou ingresso dos valores nos cofres públicos do Município, entendendo-se como tal o crédito disponibilizado em conta bancária de titularidade do Município, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

3.10. O Município de CEZARINA-GO se responsabiliza integralmente por todos os custos, despesas e encargos judiciais ou extrajudiciais decorrentes de eventuais ações da empresa Meta Tributária relacionadas a honorários do presente contrato

3.11. A remuneração será devida durante todos os meses em que for identificada a manutenção e/ou incremento da ECONOMIA.

3.12. Ao final dos trabalhos, em se apurando valor a ser recuperado superior ao disposto nos itens anteriores, a remuneração do futuro CONTRATADA será limitada ao valor máximo estimado de honorários, limitando-se a remuneração ao teto proposto.

3.13. Por outro lado, na hipótese de serem apurados valores passíveis de recuperação inferior ao estimado no item 3.2, incidirá o estabelecido no item 3.7 para adequação da remuneração em relação ao montante efetivamente recuperado, funcionando o percentual como limitador em favor da Administração Pública Municipal.

3.14. O item 3.5, referente ao IRRF, será pago conforme o Cronograma constante do item 1.12 constante neste contrato.

3.15. O cálculo da remuneração do futuro CONTRATADO levará em conta o momento do ingresso dos valores recuperados nos cofres da PREFEITURA ou o momento da concretização da economia devidamente demonstrada e atestada pela Secretaria de Finanças. Entende-se como concretização o momento em que efetivada compensação com obrigações correntes e houver benefício com a economia tributária; o momento em que houver depósito na conta do Município, quando a recuperação envolver exclusão de valores indevidamente inseridos em parcelamentos anteriormente efetuados, proveniente de decisão administrativa ou judicial; e o momento em que houver depósito na conta do Município de valores devolvidos por restituição direta (pagamento).

3.16. No valor da remuneração estarão incluídos todos os custos operacionais,

despesas de natureza tributária, fiscal, que incidirem sobre o objeto deste Contrato, e desenvolvimento das atividades descritas, excluindo-se eventuais custas e ou emolumentos pela interposição de ações ou recursos judiciais.

3.17. O valor a ser pago para a CONTRATADA será em cima do seu serviço prestado, e não da opção de compensação do CONTRATANTE.

3.18. O prazo para o pagamento pela CONTRATANTE e de 5 (cinco) dias úteis após a prestação da nota fiscal realizada pela CONTRATADA.

3.19. Os valores serão fixos e irrevogáveis, ou reajustáveis, desde que norma Federal estabeleça, e será utilizado aquele estabelecido para tal fim, que mantenha a equivalência do valor ajustado.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO ATRASO DE PAGAMENTO**

4.1 – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

#### **CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL**

5.1 – Toda alteração ou prorrogação deverá ser precedida por termo aditivo, atendido ao disposto nos artigos 107 e 124 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo único** - O presente contrato poderá ainda ser aditado, e aditado de acordo com a legislação vigente, para prorrogar o mesmo e adaptar às variações da economia e para preservar o equilíbrio financeiro do contrato.

5.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DURAÇÃO DO CONTRATO**

6.1 – A despesa decorrente da execução do contrato será empenhada no presente exercício e correrá à Dotação Orçamentária:

**03.03.04.122.0735.2.166.3.3.90.39 - FICHA 88 – FONTE 100**

6.2 – O prazo de duração do Contrato de **24 (vinte e quatro) meses**, com vigência a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo a critério do CONTRATANTE de acordo com o artigo 107 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.1 – O CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no contrato e seus anexos.
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes no termo e anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- c) Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja reparado ou corrigido.

- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão especialmente designada.
- e) Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente a prestação de serviço do objeto, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência e anexos.
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 – A **CONTRATADA**, além das resultantes da Lei 14.133/21 se obriga, nos termos deste Contrato, a:

- a) Permitir e facilitar a inspeção da prestação do serviço, pela fiscalização da administração, sem se eximir de sua responsabilidade.
- b) A responsabilidade exclusiva por danos causados à administração ou a terceiros, inclusive por qualquer de seus empregados ou prepostos.
- c) O pagamento regular de todos os tributos que incidirem sobre a prestação dos serviços.
- d) Manter-se durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, considerando todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência.
- e) A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- f) A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos no item não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CONTRATO E DAS PENALIDADES**

9.1 - O descumprimento de qualquer exigência do Termo de Referência implicará na aplicação das sanções descritas nos art. 155 da Lei Federal n. 14.133/2021.

9.2 - A Contratada que não cumprir integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n. 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a **CONTRATADA** tenha direito a qualquer indenização quando:

- a) Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;
- b) Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte sem prévia ou expressa anuência do **CONTRATANTE**.

10.2 – O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, quando atendidas as conveniências dos serviços e disponibilidade de recursos financeiros.

10.3 – A Administração reserva-se no direito de rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 138, da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO REGIME JURÍDICO**



11.1 – O Regime Jurídico do presente contrato, estabelecido pelo art. 74, e seus incisos, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, conferem a ADMINISTRAÇÃO a prerrogativa de:

- a) Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às suas finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA, mediante Termo Aditivo, conforme art. 124, I da Lei Federal nº 14.133 /21.
- b) Rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 138, da Lei 14.133 /21, e suas alterações posteriores.
- c) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO**

12.1 - As partes contratantes elegem a sede do **CONTRATANTE**, o Foro competente, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas que originarem da execução do presente contrato.

12.2 - E assim para todos os feitos legais, assinam o presente contrato em 03 (três) vias, pelas partes contratantes para um só efeito.

Cezarina-GO, 23 de setembro de 2025.

ALEXANDRE  
BATISTA DOS  
ANJOS:8000712016  
8  
**Prefeitura Municipal de Cezarina-GO**  
**ALEXANDRE BATISTA DOS ANJOS**  
**CONTRATANTE**

Assinado de forma  
digital por ALEXANDRE  
BATISTA DOS  
ANJOS:80007120168

META TECNOLOGIA  
TRIBUTARIA  
LTDA:01995108000124  
**META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA**  
**CNPJ nº 01.995.108/0001-24**

Assinado de forma digital por  
META TECNOLOGIA TRIBUTARIA  
LTDA:01995108000124  
Dados: 2025.09.23 17:20:03  
-03'00'

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

CPF:

02. \_\_\_\_\_

CPF: